

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 4

Conflitos ambientais, processos de territorialização e
identidades sociais.

Título

“O nosso medidor somos nós que sentimos e gritamos”:
Conflito socioambiental causado por fábrica de agrotóxico na região metropolitana de
Fortaleza-Ce.

Autoras:

Islene Ferreira Rosa

Raquel Maria Rigotto

Introdução

Esse estudo tem como objetivo demonstrar a ação direta da comunidade através da mobilização, da busca de informação e do reconhecimento do problema sentido por morar no entorno de uma fábrica de formulação de agrotóxico no município de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza - Ce.

O conflito socioambiental começou em 2004 quando queixas foram apresentadas ao Ministério Público contra a empresa de agrotóxico, que vem gerando poluição ambiental na área. A população reclama insistentemente do “mau cheiro do veneno” e o relaciona a danos físicos e psicológicos. Conforme nota em jornal de grande circulação da capital, que relatou:

“No Ceará, o desenvolvimento econômico tem gerado nos locais de grandes empreendimentos industriais situações de conflitos sócio-ambientais”. Na sequência, ao falar sobre a investigação do Ministério Público em relação às denúncias de doenças causadas pela indústria agrícola, a nota descreve:

“Atendendo às denúncias do alto índice de contágio de doenças respiratórias, câncer e outras enfermidades, supostamente ocasionadas por poluição provenientes da indústria de agrotóxicos e defensivos agrícolas, Agripec, o Titular da 1ª Promotoria de justiça da comarca de Maracanaú, Jarlan Barroso Botelho, designou a realização de uma audiência pública para esta terça-feira (10), às 9 horas, no Salão do Júri do Forum de Maracanaú. As denúncias foram provocadas ao Ministério Público por populares residentes nos conjuntos habitacionais Novo Maracanaú, Coqueiral, Piratininga, Distrito Industrial 2000, Maracanãzinho e Residencial Maracanaú, todos localizados no referido município. O promotor de justiça expediu notificação para o diretor presidente da Agripec, bem como ofício ao Secretário de Saúde de Maracanaú”.

Estudos no campo da produção, saúde e ambiente consideram os possíveis danos causados pela exposição aos agrotóxicos – produtos químicos, tóxicos, utilizados principalmente na agricultura – à saúde das populações humanas e ao ambiente. Os agrotóxicos são um dos mais importantes fatores de risco para a saúde humana, por serem utilizados em grande escala por vários setores produtivos, tais como construção e manutenção de estradas, tratamento de madeiras para construção, armazenamento de grãos e sementes, produção de flores, combate de endemias e epidemias, domissanitários e outros (SILVA et al, 2005).

Portanto, os usos dos agrotóxicos vão além daquilo que comumente se reconhece, podendo-se afirmar que os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde não dizem respeito apenas aos trabalhadores expostos, mas à população em geral, contagiando o meio ambiente com repercussão sobre o conjunto social (SILVA et al, 2005).

Entretanto, o estabelecimento de uma relação entre saúde humana e a exposição ao agrotóxico é complexa e conflituosa. Tanto no plano da percepção e senso comum da população como também do conhecimento científico, devido à variedade de produtos químicos, a escassez de conhecimento da toxicidade dessas substâncias, seja para a saúde humana seja para a saúde dos ecossistemas, envolvendo muitos conflitos que têm a ver com a possibilidade da própria ciência de apontar os problemas, com os interesses econômicos e com as políticas de pesquisas. Como observa Tambellini & Câmara (1998), “a saúde como um bem em si, como um valor humano desejado, está além das contingências do ambiente ou do sistema social, é um ideal a ser alcançado sempre” (Tambellini & Câmara, 1998 apud AUGUSTO, 2005: 5).

Metodologia

Estudar o conflito socioambiental numa comunidade próxima à indústria química Agripec, que formula agrotóxico no Pólo Industrial de Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, é um desafio e uma responsabilidade, pois para isto é preciso que se considere as dimensões políticas, econômicas, sociais e ambientais da comunidade, do município e do estado, dentro da dinâmica de manifestação do conflito pelo direito a um ambiente saudável. É com essa preocupação que a população do Conjunto Novo Maracanaú pede o fim da poluição atmosférica causada pela Agripec, uma empresa que formula agrotóxicos desde 1987 no município e, segundo a população afetada, exala um odor característico, “mau cheiro”, que tem causado problemas de saúde na comunidade.

As discussões sobre produção e conflitos socioambientais nos colocam de frente com algumas dificuldades que dão sustentação quanto a questões conceituais e metodológicas.

“Como entender a saúde para além do paradigma biomédico da doença? Como entender que a saúde depende de sistemas sócio-econômicos e ambientais? Como incorporar a natureza e suas múltiplas interações? Como reconhecer os limites, incertezas e a ignorância do conhecimento

científico? Como superar métodos de análise de populações que agregam dados individuais e desconsideram as especificidades dos vários grupos e as singularidades dos sujeitos diante dos processos estudados? Tais perguntas nos colocam diante da necessidade de repensarmos a ciência moderna e seus limites” (PORTO & FREITAS, 2002: 125).

No contexto de um mundo cada vez mais fragmentado, é um dilema e um desafio desenvolver estudos com a temática produção, ambiente e saúde, considerando que vivemos em um país em processo de industrialização, com um modelo de desenvolvimento que fragiliza as populações mais vulneráveis frente aos riscos ambientais e a capacidade de respostas da sociedade, através das populações expostas, das instituições responsáveis pela normatização e controle dos riscos, entre outras (PORTO & FREITAS, 2002).

A opção por uma investigação qualitativa leva em conta uma característica importante desta abordagem que é seu enfoque social. Foi desenvolvida no Bairro Novo Maracanaú, conjunto residencial construído após a implantação do Distrito Industrial, localiza-se a quinhentos metros da empresa e recebe diretamente a poluição através da direção dos ventos (do leste para oeste).

A pesquisa foi construída tendo como foco a história coletiva do conflito, denunciada na fala dos moradores que relatam sua insatisfação diante de uma situação de abuso que provoca danos à saúde e são os principais motivadores do conflito, levando-os a buscar elementos relevantes para compreender e solucionar o problema. É possível observar como o conflito é visto e vivido por eles e o que representa socialmente, já que em suas falas acusam o problema, relatando suas experiências a partir de seus pontos de vista, com suas percepções, crenças, dúvidas e atitudes. Foram realizadas reuniões com as lideranças do bairro (2), grupo focal (2 encontros) para possibilitar e permitir, em um período curto de tempo, a identificação e análise aprofundada dos problemas. Participaram do grupo focal seis (06) moradores, dentre eles havia dona de casa, Agente de Saúde, Pedagoga, Funcionário Público, Radialista e Comerciante. A discussão no grupo aconteceu tendo como fio condutor duas situações: 1. Como vocês vêem a chegada da empresa de agrotóxico aqui no Bairro Novo Maracanaú ao longo do tempo? 2. Que mudanças aconteceram na vida de vocês (moradores) depois da chegada da empresa de agrotóxico? (benefícios, desenvolvimento, meio ambiente e saúde). Para uma melhor compreensão das queixas de saúde relativas à poluição atmosférica, ainda foram escolhidos dois (02) casos

de moradores com história de adoecimento que tenham possível relação com exposição a agrotóxicos.

Descortinando o Cenário:

Ceará “terra do sol, terra da luz”.

Ceará, “terra do sol, terra da luz”, famosa rota turística mundial no semi-árido nordestino. O Ceará abriga litoral e sertão, num contraste paisagístico de raras belezas naturais, de um lado belas praias de brancas areias, dunas e coqueiros que atraem a atenção de turistas do mundo inteiro. Enquanto do outro lado encontra-se o sertão com seus períodos de seca intensa, levando a população a situações de limite pela pobreza, fome, emigração dos moradores para a cidade, o desemprego e precárias condições de vida e saúde.

Apesar de estar em uma das regiões mais pobres do país, o Ceará vem assumindo, nas três últimas décadas, um papel de destaque na política econômica, com desempenho positivo e grandes possibilidades de desenvolvimento fomentado por um plano de governo baseado no incremento a indústria, ao agronegócio e ao turismo. Apresenta um crescimento industrial de 62,5% nos últimos vinte anos, colocando o estado em 2º lugar no Ranking nacional da produção industrial. Esse crescimento aqueceu o mercado de trabalho formal, onde 15% dos postos de trabalho estão na indústria de transformação. Devemos lembrar que a geração de empregos foi um dos objetivos e justificativa para o crescimento industrial.

Maracanaú de “lagoa onde bebiam os maracanãs a Pólo Industrial”.

E as indústrias chegam a Maracanaú - lagoa onde bebiam os maracanãs, aves do lugar – que hoje recebe outros convidados. Maracanaú, enquanto município, já nasceu batizado como Distrito Industrial de Fortaleza, cresce 2,2% ao ano e 99,7% do seu território é urbano. Possui a 2ª maior arrecadação do estado e gera 28% dos empregos locais no setor industrial. Dentre as indústrias instaladas no distrito industrial, encontra-se a Agripec, formuladora de agrotóxicos.

A história começa há 21 anos, quando foi autorizada a instalação da empresa Agripec, numa área onde já havia conjuntos habitacionais desde 1980. Apesar disso, o governo local, ao aprovar seu Plano de Desenvolvimento Urbano (PDDU), foi cego à existência das populações que residiam nesses conjuntos, e autorizou a instalação dessa indústria

química na área, desconsiderando os perigos desse tipo de indústria em área urbanizada e a segurança dessas populações, indicando descaso e falta de planejamento local. A comunidade do Novo Maracanaú tem sido protagonista na afirmação do problema e na busca de solução para ele, caracterizando como o principal motivo do problema “o cheiro e os problemas de saúde”.

A história da cidade, na fala de uma moradora há 16 anos:

“Começarei dizendo que Maracanaú é um município predominantemente urbano, têm 99% de área urbana... pra que ele se tornasse assim tão populoso aconteceram várias coisas... a primeira foi a missão indígena... a ocupação do espaço cearense, com os grupos indígenas sendo empurrados para o interior pois os europeus ocuparam a orla marítima, criar gados... depois veio a construção da estrada de ferro ligando Fortaleza a Baturité para o escoamento do algodão, essa estrada corta a cidade toda... e foi outro fator que trouxe gente para Maracanaú... outra questão também foi a criação do Hospital de Maracanaú e da colônia Antônio Juste. A criação da escola de menores infratores... para onde os menores eram trazidos para se recuperarem... ligação com lenda sobre o buraco do Stº Antônio... diziam que os índios, por não serem católicos, pegavam a imagem da igreja de um fazendeiro da região e no dia seguinte encontravam a imagem no buraco... esse local até hoje é respeitado. O fator que mais influenciou foi , felizmente ou infelizmente... foi o fato de Maracanaú ter se tornado distrito industrial... na década de 60. Maracanaú só foi emancipado depois... só tem 24 anos... e a reboque veio os conjuntos residenciais, não houve planejamento urbano... as indústrias são poluidoras... é um modelo que mortifica, degrada...temos sérios problemas ambientais... ocasiona baixa qualidade de vida das pessoas... demonstrando total descaso dos governantes...”

No histórico da moradora percebe-se que Maracanaú é um município de tradição agrícola que foi transformado em distrito industrial do estado, trazendo, com essa atribuição, toda uma carga de mudanças da cultura local, impactos no ambiente, crescimento populacional, queda na qualidade de vida das pessoas e falta de infraestrutura e políticas de apoio do governo. Em 2000 (IBGE), apresentou IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,736, com uma proporção de pobres de 47,3% numa área de 106 Km² e sua principal arrecadação é proveniente da indústria, que respode por 10% do ICMS arrecadado no Ceará, gera 16,5 mil empregos diretos nas 100 empresas instaladas, com 50% da mão-de-obra, sendo moradora dos conjuntos habitacionais que circundam a zona industrial.

Poluição Industrial: o fruto “compartilhado” com toda a população.

A poluição industrial está vinculada à tomada de decisões governamentais, que, por sua vez, estão influenciadas pelos interesses dos detentores dos meios de produção. A concentração populacional urbano-industrial, entre outros fatores, forma as condições ideais para a reprodução do capital pelas indústrias. E essas condições estão reunidas concretamente em Maracanaú, com a concentração industrial nos Distritos Industriais, no adensamento populacional com a criação de um exército de reserva, na densidade urbana dos conjuntos habitacionais e loteamentos, onde suas funções dão suporte aos processos industriais. Todos estes fatores geram uma grande quantidade de resíduos que são “compartilhados” com a população local (ALMEIDA, 2005).

De acordo com estudos realizados para investigação da poluição atmosférica, Almeida e Rosen (1993) e Almeida (2000) detectaram que os conjuntos habitacionais localizam-se a oeste do DIF I, para onde normalmente se dirigem os ventos na região, a direção dos ventos são primordialmente de leste para oeste), promovendo, assim, a expansão dos odores, gases e poeiras nos conjuntos habitacionais.

Os efeitos da poluição industrial sobre a saúde da população atingida são consideráveis, entretanto, o diagnóstico oficial do quadro de saúde não consegue analisar adequadamente os impactos de um modo de vida crescentemente urbano-industrial sobre o perfil epidemiológico da população, já gritantes nos grupos de patologias que são responsáveis pelas três primeiras causas de morte no estado, como de resto em todo o país: as doenças cardiovasculares, os cânceres e as mortes por causa externa (RIGOTTO, 2004).

Os indicadores de saúde de Maracanaú também guardam a mesma relação com as principais causas de morte no estado, mostram que óbitos por neoplasia representam 55,2/100 mil habitantes, sendo superada pelos óbitos do aparelho circulatório, causas externas e causas mal definidas. A taxa de mortalidade por suicídio no município é alta, 9,3/mil habitantes. Os principais agravos apresentados pelo sistema são em relação à dengue, tuberculose, doenças cardíacas, acidente vascular cerebral e insuficiência respiratória, principalmente em crianças.

A trajetória desse conflito tem cerca de 17 anos, sua dimensão ultrapassou os limites de Maracanaú, assim como os efeitos de sua poluição. Enquanto isso, as condições de vida das pessoas expostas aos odores se mantêm na expectativa de soluções para o caso e a Agripec, agora uma multinacional, continua produzindo agrotóxico e crescendo no mercado nacional e internacional. No seu processo de trabalho, a Agripec formula produtos químicos considerados extremamente tóxicos, com comprovação científica dos danos ao ambiente e à saúde humana, sendo alguns deles de uso proibido em países desenvolvidos.

“Dar nome aos bois”: a Agripec e “o ambiente”

Diante da omissão e do silêncio dos órgãos públicos, em 2006 a comunidade voltou a pressionar o poder público para a resolução do caso, realizando manifestações, passeatas e ato em frente ao Ministério Público pedindo respostas e cobrando o papel do Estado. Novos depoimentos foram colhidos e anexados ao processo, nos quais os depoentes reclamavam com revolta o descaso do poder público e da empresa para com a questão. As reclamações ficavam sem respostas e o cheiro persistia no ambiente, incomodando e causando problemas de saúde, tais como dor de cabeça, mal-estar, falta de ar, tosse, sequeidão na garganta, irritação nos olhos e nas narinas, insônia, alergia no corpo, dentre outras queixas que angustiavam e incomodavam os moradores, que sempre retornavam em busca de respostas na empresa, nos órgãos públicos, bem como tratamento nos serviços de saúde.

Com o passar do tempo o conflito socioambiental começou a se caracterizar na comunidade, tendo como principal motor para a nomeação social do problema “o cheiro e os problemas de saúde”. A nomeação do problema socioambiental originado pela empresa se deu a partir do corpo. Foi através dos problemas de saúde que a população foi relacionando-os com o cheiro do veneno.

A constituição do problema perpassa pela relação saúde-doença num espaço onde ocorre alteração da natureza através de poluição atmosférica, percebida pelo cheiro do agrotóxico que invade o espaço, nada o segura, pois ele penetra por todos os lados, entra na casa e no corpo dos moradores e o corpo revela esse transtorno de forma sintomática e

na mudança de humor. Nesse contexto, as queixas de saúde foram muito fortes para a nomeação do problema:

“Há treze anos a gente vem nessa luta contra a Agripec! O maior problema é a poluição do ar, o cheiro forte de veneno, como se fosse rato podre, a gente fica sem poder respirar, causa dor de cabeça forte, falta de ar, alergia, e sangramento no nariz das crianças” (moradora Darci Lima).

“... são muitos problemas de saúde, crianças com doenças pulmonares, casos de câncer, problemas de pele, visão[...], queremos um levantamento epidemiológico das doenças, solicitamos na Secretaria de Saúde fazem dois anos... e nada! São muitos casos de anemia, principalmente crianças, alergias, desmaios e tentativas de suicídio, depressão...” (moradora Jacira Galdino).

Fica evidente pelos depoimentos apresentados o que “os moradores sentem” e “buscam resolver” a questão junto ao poder público, são dois momentos distintos, entre o sentir e o buscar, existe uma longa trajetória. Essa distância compreende todo um processo de organização, mobilização social e consciência coletiva para a constituição do sujeito social.

O elemento “cheiro” é importante para a nomeação do problema, pois percebe-se que existe um sentimento de revolta, até mesmo raiva por morar ali e ser obrigado a respirar aquele ar. Percebe-se uma irritação psicológica, até, como se todos tivessem que “engolir” a empresa, o que acarreta num sentimento de impotência e desgosto:

“... Nervosismo! A pessoa vive irritada, o cheiro atrapalha, porque você fica procurando respirar melhor... finda enervando a pessoa.” (morador Oscar Prado).

A empresa extrapola seus muros e invade o espaço dos moradores.

“Sinto desgosto quando saio do trabalho e vou pra casa, meu sistema psicológico está afetado... tenho um pacote de máscaras em casa, uso o tempo todo, não sinto nem o sabor da comida, dá um desgosto quando chego em casa, não tem barreira pra empatar esse cheiro” (morador da Silva Filho).

Outro fator fundamental para a instituição do cheiro da empresa como problema foi a ação direta da comunidade, suas iniciativas no sentido de buscar explicação para o problema e até mesmo sua resolução, indo até a empresa indagar, questionar a causa do mau-cheiro, na busca de informações, se apropriando, dessa forma, de um saber construído coletivamente. Além do que, de certa maneira, forçavam a empresa a reconhecer a existência do problema também, à medida que esclareciam e justificavam o mau cheiro e os processos produtivos.

Até então a comunidade tinha pouco conhecimento do que na verdade são os agrotóxicos, suas conseqüências para a saúde e para o ambiente. A compreensão do assunto foi construída aos poucos, como peças de quebra-cabeça, sendo montada a cada dia, com o tipo de cheiro... os problemas de saúde... o produto fabricado... e daí foi se caracterizando o conflito.

Há presença de pessoas na comunidade com formação superior (sociólogo, pedagogo, advogado), bem como radialista, agente de saúde, técnica de enfermagem e de higiene dental, funcionários públicos, ex-trabalhador da Agripec e outros profissionais autônomos que também fazem parte da luta, contribuindo de forma valiosa na afirmação do problema para além da comunidade e na construção do saber.

“O que mais me queixo, o que mais atinge é o odor... Fomos diversas vezes à empresa e teve um dia que dissemos ao diretor responsável: - Doutor, o que é isso que vocês estão produzindo que está matando a gente aqui? – e ele: - Hoje a formulação é o AGRITOATO e o STRON. Então digo: - Pronto, agora ele deu nome aos bois. Esse cheiro de rato podre que exala, já tem um nome”. (moradora Darci Lima).

De acordo com Acselrad (2004a), o conflito socioambiental deve ser analisado na interface entre o mundo social e sua base material, distinguidas em três práticas: - De apropriação técnica do mundo material, onde os atores sociais transformam o meio físico; - De apropriação social do mundo material, configuradas pelo processo de diferenciação social dos indivíduos e seus padrões de desigualdades; - De apropriação cultural do mundo material movido por inúmeras atribuições de significados a partir do processo social de construção do mundo.

Considerando o contexto apresentado, este estudo aponta para três dimensões distintas do conflito socioambiental: - a disputa pelo espaço; - a disputa simbólica; e a disputa pelo poder.

Disputa pelo espaço: “modelo que exclui as pessoas de uma vida digna”

Quando o governo do estado do Ceará escolheu Maracanaú para sediar seu Distrito Industrial não considerou as conseqüências sociais e ambientais que viriam com as mudanças oriundas do processo industrial, impondo um outro modo de vida à realidade local. Claramente percebido no depoimento da moradora:

*“A ocupação do espaço de Maracanaú, escolhido para sediar a construção do distrito industrial do Ceará... infelizmente ou felizmente... expansão urbana desordenada... crescimento demográfico acelerado... modelo tanto segregador como degradador... **modelo que exclui as pessoas de uma vida digna**... mortifica e ofende as pessoas por conta da poluição das indústrias...” (moradora Amélia Evangelista).*

O depoimento aponta a percepção da comunidade com relação ao descaso do poder local para com ela, percebe-se desconsiderada ou secundarizada nos planos de desenvolvimento e nas políticas locais, ao ver que sua existência foi negada em função dos interesses econômicos.

Os moradores informam que ao comprarem suas casas, no início da década de 80, não sabiam que na área poderia ter problemas de poluição, não se falava nisso na época. Confirmam que tinha o distrito industrial sim, mas...

“Era só o nome, distrito industrial, porque fábrica não tinha. Sim, já tinha o espaço reservado, mas era só mato... mata fechada. Ai começaram os conjuntos, veio primeiro o Conjunto Timbó, depois o nosso (Novo Maracanaú) e o Jereissati...” (moradora Ana Laura).

A intensa ocupação industrial não era esperada pela comunidade local, apesar de terem conhecimento do distrito industrial, os moradores, ao comprarem suas casas, apenas buscavam o sonho da casa própria, a tranquilidade num local com características rurais, lagoas, pássaros, mato, silêncio e natureza.

“Quando chegamos aqui, no local da empresa tinha uma mata e um córrego onde as crianças brincavam... Não temos para onde ir. Nós chegamos aqui primeiro!” (morador Oscar Prado).

Quando as grandes indústrias começaram a ocupar o Distrito Industrial, os conjuntos já estavam habitados. A comunidade não participou e sequer tomou conhecimento do tipo de indústrias que estavam sendo implantadas, não havendo nenhuma discussão com a população. A Agripec chegou ao município em 1987 e os moradores não sabiam o que ela produzia:

“Depois ... nós não sabíamos o que era Agripec. Depois do mau cheiro é que fomos procurar o porquê, e descobrimos que era tóxico e aí, nos reunimos e fomos até a fábrica... começou a luta” (moradora Maria José).

Os depoimentos mostram a construção coletiva de um “problema” a ser reconhecido e afirmado na disputa pelo uso do solo, evidenciando que o espaço da Agripec é maior que a planta da empresa, que ela ocupa o território dos moradores, pois suas emissões se expandem no ambiente e obrigam todos a respirar seu “cheiro”, tomando todo o espaço. A expansão das fronteiras da empresa para além do muro, penetra na intimidade da vida das pessoas, invade suas casas, seus corpos, crivando seus pulmões com o cheiro.

Nas queixas de saúde, os sintomas referidos pelos moradores são recorrentes e inespecíficos, são sintomas passíveis de ocorrer em casos de intoxicação aguda por pesticidas – náuseas e vômitos, relatos de problemas respiratórios – tosse, dispnéia, coriza, dor de garganta, etc – como também na pele (irritação, alergia, ardência).

Uma das Agentes Comunitárias de Saúde do município expõe suas observações no contato cotidiano com os moradores da área em estudo. E faz, brilhantemente, uma avaliação no plano coletivo. Fala dos problemas respiratórios, muitas vezes complicados por infecção numa frequência elevada, se comparados a outros micro-contextos, como de suas colegas que trabalham em áreas vizinhas e de menor nível socioeconômico, sugerindo a influência de diferentes fatores de risco. Associa as variações da incidência destes agravos à sazonalidade do cheiro (provavelmente por aumento na produção da Agripec), buscando uma co-relação com a demanda pelos serviços de saúde. Faz importantes observações epidemiológicas quanto ao tratamento da doença e refere a falta de abordagem na eliminação dos riscos, ou seja, o cuidado desvinculado das ações de vigilância e de proteção da saúde que deveriam estar presentes para apoiar a comunidade.

Relata ainda casos de anemia, depressão e suicídio:

“...Não vou dizer que, com certeza, é da Agripec. Mas a gente pode afirmar que sempre que chega o mês de junho ao mês de novembro, até dezembro ainda fede, começa a demanda no posto de saúde de infecção respiratória, e anemia. As pessoas desmaiam, sem contar as tentativas de suicídio. Quase todo dia, ao visitar as casas, o índice de depressão, vejo gente com depressão. Eu também atribuo isso a essa fábrica. Porque nós moramos em uma comunidade que ela é bem diferente do Piratininga, do Coqueiral. Porque aqui a maioria das pessoas não vive como ricos, mas na frente deles nós temos um poder aquisitivo bem melhor. A maioria das pessoas tem emprego, tem 2 pessoas trabalhando em casa, está dando para a gente viver. Conversando com outros agentes de saúde, eu não vejo esses absurdos de problemas de respiração e de anemia” (moradora Jacira Galdino).

Ela também manifesta sua preocupação com casos de malformações congênicas e outros problemas neonatais, fazendo um apanhado de casos que podem ter associação ou não com as emissões tóxicas na área:

“Já teve casos de lábio-leporino, que é considerado como deformidade. Também tem crianças que nasceram sem o reto, que faz parte da má formação. Tivemos crianças que nasceram com problemas de esôfago. As crianças que mamam só no peito, que não era para ter refluxo, estão tendo. “Sem contar àquelas crianças que nascem com o pezinho torto, problemas respiratórios” (moradora Jacira Galdino).

O depoimento pessoal de uma moradora, contando a história de uma leucemia mielóide aguda que desenvolveu, revela o sofrimento de quem viveu na pele a dor e o medo da morte. Ao mesmo tempo em que demonstra uma força interior, determinação e

protagonismo na luta pela superação da doença, nas formas de empoderamento através da informação. A moradora tem formação de nível superior, foi em busca de conhecer a causa de sua doença, pesquisou, discute em grupo com outros portadores da doença, usa uma linguagem técnica e ajuda a esclarecer para a comunidade os riscos dos agrotóxicos. Ressalta o papel do profissional de saúde no esclarecimento da doença (revelando a prova do seu caso na voz de outros atores), ao fazerem a relação da patologia com a exposição ambiental a agrotóxicos, bem como das dificuldades em definir onexo causal, até pelos limites da ciência hoje, pois morava num contexto (multicausal) de risco.

“... Fui portadora de leucemia mielóide aguda (LMA), em remissão, estabilizada. Foi aí que comecei todo o processo, na busca de saber o que era a doença. Depois de 6 meses foi que detectou a leucemia mielóide e começou o tratamento. Eu fiz uma entrevista e o médico perguntou o meu contato com o agrotóxico e na hora eu não sabia. Depois, com o passar dos dias eu fui refletir e pensei, “a Agripec é uma indústria de agrotóxico”, e foi aí que eu juntei. Eu era ajudada por uma equipe de três médicos, e eu falei para a minha hematologista, que morava perto de uma indústria de agrotóxico. Foi assim que ela me disse que, com certeza, minha doença foi adquirida pela exposição do agrotóxico. Aí, eu comecei a me interessar. Eu entrei no site da Agripec e vi todos os produtos e queria fundamentar o que estavam pensando. Eu não vi o benzeno no site, mas ele é o principal causador”. (moradora Joana D’arc).

Percebe-se que mesmo sendo indagada sobre seu contato com agrotóxicos, a moradora não fez a relação imediata com a Agripec, só depois se deu conta (“Foi aí que eu juntei”), o que demonstra a falta de informação da comunidade sobre a questão.

Outro caso também referido por muitos informantes foi a história de uma garota que, segundo a própria mãe, não teve infância e hoje, é uma adolescente que ainda sofre as consequências da poluição, conforme relato de sua mãe:

*“E ela começou a ficar doente, tinha de 5 pra 6 anos, vivia doente, em crise, ela teve duas pneumonias no mesmo mês. Com 5 anos ela tossia tanto, era mais à noite, a gente ficava com medo, pois ela tossia até parar de respirar... a gente tinha medo dela não voltar mais, as vezes ela enchia a mão de secreção. Ela tossia e botava sangue pelo nariz, era só começar o cheiro... a noite ela dormia sentada, era sempre assim, a médica perguntou se eu tinha plantação que usa defensivo agrícola, se morava perto de veneno, aí eu disse que sim, por causa da Agripec. Daí ela me mandou tirar minha filha daqui, mande pra outro lugar senão o veneno vai matar sua filha, ela disse, tire sua filha de lá senão ela morre, tire logo. [...] O que me deixa triste é que minha filha perdeu a infância dela, todo mundo perdeu aqui, mas ela.. Perdeu mais. A gente fica desanimada, perdi a crença no homem, ele perdeu a essência da vida, tudo é dinheiro, pisa em tudo e em todos... **Como um camarão vai lutar contra um tubarão?** Aqui em casa todo mundo é nervoso, todos os filhos sofreram, acordavam a noite, ajudavam a cuidar, nós não tivemos vida, só medo. Ela ainda sente insônia, mal estar, agonia, eu não sei o que pode ser, tem febre, tontura, dor de cabeça, ela tem muito medo de voltar tudo, da reação dela, ela fica apavorada” (moradora Fátima Moisés).*

O fato da médica pedir a retirada da criança de sua casa revela que as pessoas vão adoecendo e tendo que sair de seus lares, pois a empresa expulsa as pessoas de suas moradias e não toma conhecimento da situação.

Por conta dos problemas de saúde, do transtorno de lidarem com familiares adoecendo a cada batelada de agrotóxicos produzidos na fábrica, gerando lucro para poucos e adoecendo muitos, alguns moradores retiram-se do bairro, vão embora, perdem o direito ao seu lugar, sentem-se expulsos de suas próprias casas de forma tão intensa a ponto de abandonarem seus lares e saírem do bairro, por medo do que poderá acontecer aos seus familiares:

“Tinha um diretor na agripec que falava: isso aqui é um inseticida, isso é um pesticida. Porque quando começou, mesmo essa briga forte, a minha netinha estava recém-nascida, e a gente tinha que retirar ela daqui. Aí, ele avisava.[...] Olha, hoje a fabricação, a formulação vai ser intensa, nós vamos virar a noite. Se for possível tirar a criança de casa!” (moradora Darci Lima).

O comportamento absurdo da direção da empresa ao impor o cheiro à população e, ainda assim, avisar que vai começar a poluir o ambiente é uma atitude abusiva e, inclusive, de difícil qualificação por se tratar do cuidado com a vida.

O medo de morrer, de perder a casa construída com muito esforço, o medo de perder filhos e filhas. O medo de respirar para viver e por respirar perder a vida. A percepção do risco eminente, o risco de estar adquirindo algum problema grave para sua saúde, a sensação de estar encurtando a vida por viver exposto ao veneno da fábrica é compartilhado por todos que lutam contra esta situação.

Muitos fazem a associação do risco ao dano, tanto para a saúde humana como para o ambiente, apesar da pouca informação, mesmo assim se referem às mudanças que vêm ocorrendo no ambiente ao longo do tempo e fazem comparações com o passado.

“... nós já prestamos atenção, observamos a questão da natureza... dos pássaros, de muita coisa em relação à natureza. O meio ambiente está prejudicado por esse produtos que usam lá. Os pássaros diminuíram, você já não vê mais com frequência aqui” (moradora Darci Lima).

“Se for examinar um pouquinho da terra... Você não vê mais pássaros, preá, você não vê mais animal rasteiro, as plantas... você vê que não cresce mais uma planta” (morador Demerval Lopes).

No silenciamento dos pássaros e da vida, a comunidade percebe com clareza que a poluição atmosférica afeta a todos sem distinção; é uma faceta importante desse movimento e em muitas declarações aparece à preocupação com o futuro dos filhos e

netos, a vontade de lutar não só por si, mas por todos, revelando o nível de consciência do coletivo que alguns depoimentos demonstram.

“Estamos aqui sendo vítimas dessas indústrias, sem termos como nos defender, nós não vamos sair de nossas casas para que essas indústrias continuem aí. Porque se sairmos, virão outras pessoas, que serão vítimas do mesmo jeito e também não podemos perder nossas casas, que foram conseguidas com muito sacrifício, para que essas indústrias continuem aí, do mesmo jeito, matando, porque é o que elas estão fazendo, matando as pessoas que moram aqui ao redor” (moradora Lúcia Costa).

A postura de ética com o outro que alguns moradores desenvolvem ao se colocarem enquanto vítimas, porém, com posicionamentos de resistência e de afirmação, perante sua condição, é sinal da coerência e do nível de consciência dos moradores. Percebida numa aguda consciência socioambiental ao revelar que, se eles saírem outros virão e serão vítimas do mesmo jeito, pois a questão revela o outro lado do conflito que extrapola o quintal de suas casas, vai para além dos muros e todos são ou poderão ser atingidos.

Na disputa pelo espaço, o conflito socioambiental é a expressão da relação de tensão entre diferentes modos de apropriação e uso do solo, a partir de estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle do território e de seus recursos naturais. Tais práticas são constituídas em conformidade com as dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade com seus respectivos padrões de desigualdade (ACSELRARD, 2004).

Numa luta desigual, os que moram no veneno organizam estratégias de resistência, revelando a forma como foi desconsiderado, pelo governo e pela Agripec, a dimensão espacial do problema, onde a expansão da poluição atmosférica extrapola os limites da empresa e invade o espaço da comunidade, que sofre as consequências dos danos ambientais no corpo e no seu modo de vida.

Disputa simbólica: “O nosso medidor somos nós, que sentimos e gritamos”.

A disputa entre grupos sociais diferentes, com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do espaço, conforma uma incompatibilidade no campo das representações dominantes sobre o território, o uso social de seus recursos e os critérios que o legitimam (ACSELRAD, 2004).

Nesse caso, por um lado temos o grupo de moradores que habitavam o território antes da instalação da Agripec, numa convivência harmoniosa com o meio ambiente. Alguns anos após a chegada e funcionamento da empresa, os moradores acusam sentir os impactos

indesejáveis do seu processo produtivo, e que suas práticas vêm causando danos ambientais e comprometendo a saúde das pessoas que residem nas suas proximidades, devido à poluição ambiental. Por sua vez, a empresa afirma que adota sistemas de prevenção aos riscos potenciais inerentes à atividade industrial, além de atuar com licença do órgão ambiental. Assim, cada grupo, na tentativa de legitimar o seu modo de ocupação do solo, imprime ao conflito percepções diferenciadas nas formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas do território. De acordo com o gerente da Agripec,

“A empresa é parte do município e sua instalação contribui para o crescimento econômico sustentável. [...]. A empresa tem responsabilidade social e ambiental. E sua maior responsabilidade é se manter financeiramente saudável... e que este desenvolvimento deve ocorrer com base nos valores da empresa”.

Segundo o discurso da Agripec, o mais importante é manter a sustentabilidade dos negócios da empresa e afirmam que em decorrência do seu crescimento todos ganham, inclusive a comunidade.

Mas, a comunidade impõe outra lógica à questão, coloca os bens naturais que garantem a qualidade da vida humana e ambiental do território, acima do discurso da empresa e busca informação para compreender o problema e auxiliar na sua resolução.

“Eu gostaria de fazer esse passo a passo, porque por volta de 1992, nós começamos essa luta! Houve uma época que a SEMACE era muito presente aqui no conjunto. E nós tínhamos uma equipe por rua, se tirava dois moradores e nós recebíamos mensalmente uma lista e ali nós fazíamos essa identificação. A que horas está vindo o odor? Anotava. Como é que está vindo? É forte? É parecido com o cheiro de que? Tínhamos que identificar esse cheiro. O que é que ele está causando? É a dor de cabeça? É o vômito? É a coceira na pele? É problema respiratório? É a falta de ar? Então, tudo isso era identificado. Fizemos isso por volta de uns 3 ou 4 anos. Eles recolhiam esses dados. E fizemos isso por um bom tempo. E, também, não surtiu efeito. Nós éramos chamados, essa equipe, os cheiradores. Ai depois... isso ai também deu em nada” (moradora Darci Lima).

Os moradores se mobilizaram e realizaram um levantamento epidemiológico pautado em observações pontuais para um diagnóstico situacional delimitado e consistente para uma rápida compreensão da dimensão do problema, mas, conforme relato, não se sabe por que um órgão como a SEMACE (órgão público do Meio Ambiente), que detém essas informações com detalhe, nunca se posicionou com relação a esse estudo em nenhum de seus relatórios.

Para a comunidade, chamar agrotóxico de veneno é uma escolha a partir da experiência vivida, denunciando o sentido destruidor do agrotóxico na sua convivência diária. A percepção sensorial do perigo está no corpo. O significado dessa palavra no modo de vida

desses moradores vem carregado de sofrimento e dor, pois o agrotóxico é o veneno que mata aos poucos, todos são vítimas dele, destrói a natureza, ninguém vê, mas sente seu impacto no corpo.

“... Você não vê a poluição no meio ambiente, você sente a poluição do meio ambiente. O produto da Agripec é um produto que a gente não vê, e muitos se acomodam porque não vêem o veneno no ar, mas a gente está sentindo a presença dele através da nossa respiração, porque ele prejudica demais, tanto na parte nasal, como na pele, enfim ele prejudica em todo o corpo do ser humano, é um veneno que vai matando aos poucos, sem a gente perceber, está na nossa frente e nós não vemos o veneno da Agripec, está matando aos poucos, e muitos já morrem com problemas de câncer, muitos têm problemas de respiração, problemas de leucemia, problemas de alergia, na minha casa têm problemas de alergia na pele, problemas de alergia nasal, problemas de tosse seca, problemas de pulmão, na minha rua já tem uma criança com problemas de pulmão” (moradora Lúcia Costa).

Por diversas vezes a comunidade se organizou e foi até a empresa, numa ação direta para tentar conhecer de perto o problema, perceberem a higiene e segurança no espaço de trabalho e dos equipamentos de proteção individual usados pelos trabalhadores. E dessa maneira eles conseguem desconstruir o discurso empresarial, desmascarando seu duplo padrão de segurança, pois se dentro do chão da empresa se revela um nível de cuidado, garantindo a proteção dos trabalhadores, esse cuidado não parece ser o mesmo para quem está do lado de fora.

No processo de construção do saber da comunidade, o empoderamento e a autonomia que se percebe nos depoimentos denotam que a leitura feita pelos moradores rompe com o senso comum estabelecido pelos discursos hegemônicos existentes. Identificada a partir dos fatos ocultados pelo poder público e mascarados pela promessa do emprego; a não participação das comunidades nas decisões importantes para o município; o não respeito ao direito às informações vitais para os cidadãos.

“Então, hoje eu vejo a Agripec como nociva. No início, eu achei positivo por conta dos empregos que ela deu, mas nós não sabíamos da gravidade desta empresa instalada tão próxima de nós. Porque eu já estive conversando com um engenheiro, ele falou que, se a Agripec sofresse um acidente, um incêndio, uma explosão, a comunidade seria devastada, porque o hospital não está estruturado para este tipo de catástrofe. Nós morreríamos com sangramentos e asfixia. Ele disse que nós morávamos perto de uma quase bomba atômica. Depois disso, fiquei pensando que as pessoas não têm idéia do que passamos. Não é só o odor do veneno, é um risco eminente que a gente pode estar correndo a qualquer hora” (moradora Darci Lima).

Há construção de uma nova consciência percebida na fala do sujeito, que constrói sua visão num processo de descoberta, pois hoje ele vê e percebe o que não via ou compreendia no passado, talvez por desinformação, revelando que não tiveram o direito à

informação. Dessa forma ele rompe com um dos fatores de maior peso no discurso dos agentes econômicos, que é a geração de emprego. Essa negação também é mostrada na forma como ele vê os riscos da presença da empresa tão próxima da comunidade.

Na busca de informação a comunidade faz o (des)ocultamento das questões de elevada magnitude, revelando sua capacidade de caracterizar o risco com densidade, coerência e detalhes, numa demonstração de consciência da dimensão coletiva do problema. Compreende a possibilidade de que o problema seja infinitamente maior e comprometa muitas vidas, caso aconteça um acidente industrial ampliado, pois a estrutura de saúde local não daria conta de atender a todos e a comunidade nunca foi preparada, ou sequer avisada da possibilidade dessa ocorrência.

“Temos adotado práticas de prevenção aos riscos potenciais inerentes à atividade, que vão desde melhorias em instalações até consolidação de uma cultura prevencionista demonstrada por todos os profissionais. Evidências destas ações estão registradas no Programa de Observações que estimula para que todos os profissionais relatem suas necessidades de correção e melhorias das condições, a fim de que sejam realizadas para se obter resultados com qualidade, Preservação Ambiental, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional”.

Entretanto, um depoimento de ex-trabalhador da empresa, informa que essa política interna de segurança não é tão boa e organizada quanto parece, revelando a fragilidade da empresa diante da necessidade de uma ação urgente. Mesmo assim, em entrevista, o Secretário de Saúde afirma: *“nunca recebi da empresa orientação a respeito de algum risco ou acidente que poderia vir a acontecer na Agripec e nós não temos corpo técnico especializado para resolver esses problemas, pois precisa de especialistas”.*

Fato grave a ser observado é que o Secretário espera orientação da empresa para saber como atuar, apesar de sua responsabilidade enquanto autoridade sanitária local e da legislação vigente para tais casos.

Já o Secretário do Meio Ambiente informa que já tem comentado a respeito:

“[...] Nós estamos preparados. Nós temos uma defesa civil organizada. Existe, na Prefeitura de Maracanaú, um grupo de alerta, que é formado pela Secretaria de Saúde, pela Defesa Civil, pelo Meio Ambiente, pela Secretaria de Obras... é um comitê gestor, que é o comitê de alerta, inclusive aos finais de semana. Então, esse comitê gestor preparado para qualquer eventualidade” (Secretário do Meio Ambiente).

As dimensões social e técnica contextualizadas são vitais para ampliar a compreensão dos problemas e possibilitar formulação de estratégias para seu controle.

No contexto de como a comunidade organiza suas forças, reordena a realidade, produzindo novos sentidos que dão significados no modo de perceber as coisas do

mundo, faz com que a vontade dos sujeitos supere, muitas vezes, o esquema positivista da sociedade e ganhe outra dimensão, a de se fazer tomar em consideração, pelo poder de falar, se fazer ouvir, ver e crer.

*“Você pode anotar aí que aqui no município, nem no Estado do Ceará, tem um aparelho que meça a poluição do ar, não existe. Principalmente, aqui, no Maracanaú. **O nosso medidor somos nós que sentimos e gritamos** para que alguém ouça que a gente está sentindo aquele negócio. Mas os órgãos oficiais, o Estado, o Município e Federal não tiveram essa preocupação. Então, se a gente não cuidar agora vai ser ruim para a gente” (morador João Antônio).*

É explícito nessa fala que medir nos termos do aparelho que responde em m³ se equipara a medir nos termos populares, onde o medidor está na própria pessoa, na resposta de seu corpo que sente, grita e luta! As dimensões do medir, colocadas pelos moradores são decorrentes da necessidade de afirmar o problema e provar sua existência, na lógica cartorial e de maior visibilidade para a sociedade, pois a expressada em uníssonos por uma comunidade não está sendo considerada suficiente para o caso.

Tão importante quanto o saber científico é o saber popular, demonstrado na construção coletiva desse debate na comunidade, quando os sujeitos dizem com clareza o tipo de cheiro, horários de maior intensidade, características do cheiro, como o corpo reage ao cheiro, sintomas, sentimentos e todas as descrições que a poluição traz para a vida da comunidade.

O saber científico de maior complexidade dos problemas ambientais e de saúde causados por poluição química está para além das questões técnicas, e também estão sujeitos à incerteza de vários tipos e intensidades. O saber científico “positivista”, pautado no medidor, no aparelho, no mito em torno da tecnologia, precisa ser combatido na sociedade pela sua complexidade e precisa ser vista sob vários aspectos, mas, por outro lado, o risco precisa ser realmente monitorado.

A informação de ex-empregado da empresa para a mobilização e para a construção social do problema foi de extrema relevância para o empoderamento da comunidade.

“trabalhei também com herbicidas, os problemas maiores são os de pele. Os preparos são feitos com o glifosato, é perigoso! A gente provoca uma reação química por ácido, feita manualmente, queimava a pele! Não tinha proteção nenhuma, muita gente se danou!”

Para o empregado a percepção dos riscos foi acontecendo no dia a dia do trabalho e era assustadora, ele sentia o perigo no ambiente de trabalho e tentava minimizar individualmente o problema escondendo as provas, conversando com seus colegas de

equipe para que usassem EPI (equipamento de proteção individual), pois via a contaminação dos bichos, via os colegas que passavam mal, a comunidade reclamando e com problemas de saúde. Sentia certo medo, mas ninguém ajudava a esclarecer nada.

“... eu chegava cedo na Agripec, eu era sempre o primeiro a chegar. Quando eu chegava pela manhã, quando chovia dentro do galpão, escorria água que passava pelo chão onde a gente fabricava o veneno e juntava poças, às vezes, tinha gato, pássaros mortos, porque tomava aquela água. Eu tinha que tirar para não espantar o pessoal”.

Afirma a força do movimento quando revela que a empresa, ao ser pressionada, mudou de atitude e se preocupou em responder às pressões da comunidade, tentando amenizar a poluição e recebendo a comunidade para mostrar as mudanças realizadas. No entanto, conta que na realidade eles mascaravam o problema. Ainda afirma que comprovou que a empresa enganou a população com a história de instalação do filtro, através de mentiras organizacionais e divulgação de informações incorretas. A empresa procura arrumar a casa para apresentar suas instalações para a comunidade, da forma como ela quer ser vista, ou seja, organizada e comprometida com a segurança. Mas, no depoimento o informante revela a forma como a empresa era na realidade, mais aparência que solução.

“... E o que tinha lá dentro só a gente que trabalhava conhecia. Quando esses procedimentos começaram a funcionar, vimos que o filtro não resolvia nada. Fui perguntar e eles mesmos não sabiam...”.

No conflito social a disputa simbólica pelo espaço acontece quando os sujeitos vão construindo os sentidos do uso do solo baseados em diferentes capitais. Enquanto a empresa busca legitimar seu discurso numa abordagem marcada pela ótica do desenvolvimento econômico e da necessidade de crescimento. A comunidade, por sua vez, imprime à disputa sentidos que transcendem a lógica do mercado, pois envolvem recursos que não têm preço e que, por estarem no plano do interesse comum, não correspondem ao objeto de apropriação privada. Na luta por recursos ambientais, a comunidade desmascara os discursos dos poderes estabelecidos e aciona categorias como justiça, democracia e escolhas.

Disputa pelo poder: “Como um camarão vai lutar contra um tubarão”?

As comunidades que vivenciam conflitos socioambientais sofrem as conseqüências do poder instituído na dinâmica social local, dentro de um forte contexto de vulnerabilidade, tanto populacional como institucional.

A vulnerabilidade populacional é percebida nas dificuldades enfrentadas pela comunidade para enfrentar os riscos ambientais por conta da ausência de recursos, conhecimentos, instrumentos, capital simbólico, etc. Já a vulnerabilidade institucional ocorre pela deficiência do funcionamento da sociedade em termos de políticas públicas, processos decisórios e das instituições que atuam junto às situações de risco, seja em termos de prevenção, controle, atenção, recuperação ou remediação (FREITAS & PORTO, 2001).

Os moradores sabem que estão diariamente expostos a resíduos tóxicos que desconhecem, sentem medo pelo que pode acontecer no futuro. Percebem que não recebem atenção dos órgãos públicos e que estes desconhecem os impactos dessa poluição e os limites de segurança que devem ser estabelecidos para a comunidade do entorno da empresa. Sentem que só com muita luta e pressão pode melhorar essa realidade.

Em alguns momentos os moradores demonstram sentimentos de desânimo, de cansaço, pela consciência da sua fragilidade numa luta desigual. Nesses momentos acham que só o “povo” não consegue vencer essa luta, que precisam dos poderes constituídos para conseguir atenção. Assim, revelam uma falta de crença na força da mobilização social para tencionar a empresa e o governo no enfrentamento do problema, afinal, os poluidores são atores poderosos no município e têm muito mais influência junto ao governo que o cidadão comum.

Na busca dos seus direitos, a comunidade experimenta sentimentos ora de descrédito ou de cobrança em relação ao Estado, esperando que ele cumpra seu papel na proteção dos mais vulneráveis. Mas lamentavelmente o Estado não aparece.

“Temos que acionar os poderes, os deputados, temos que contar com a camada mais de cima. [...] Nós estamos sendo fracos porque todo mundo não está participando. Não sei qual a solução para que todo mundo participe. Acho que a solução é chamar os grandes poderes.”
(morador Demerval Lopes).

Ao mesmo tempo em que consegue lançar olhares diferentes sobre o “real”, constrói um discurso contra-hegemônico, fazendo uma leitura de ruptura com o discurso oficial, que impõe um projeto de desenvolvimento diferente do que os moradores desejam.

Sentimento de impotência, de estar fazendo parte de uma luta reconhecida apenas por quem sofre o problema, apesar de tudo... da tentativa de nexos para mostrar a gravidade

dos problemas para as autoridades e para o mundo, afinal, o câncer é grave e mata, mesmo assim... “eles continuam”.

“... E não sabemos nem para onde correr agora, ficou difícil e eles continuam jogando pesadamente veneno no ar. Os problemas estão aí como a senhora acabou de citar, problema de leucemia aqui no nosso conjunto, é incrível isso, o câncer freqüentemente está acontecendo aqui no Novo Maracanaú, e outros mais, problemas de visão, infecções respiratórias...” (morador João Antônio).

A disputa de poderes torna-se clara no medo do profissional de saúde. O médico não tem coragem de nomear o problema, apesar de ter conhecimento da causa e de saber que tem responsabilidade sobre o diagnóstico, mais não quer se comprometer. Como explicar? Onde estão os aliados para afirmar o problema, para contribuir na caracterização dos efeitos da poluição na saúde da população, produzindo a informação tão necessária na identificação dos eventos de saúde?

Para os moradores, a omissão do Estado faz parte de acordos e interesses políticos. Alguns participam da luta até serem eleitos, depois. O silêncio da mídia e do Estado mostra a co-relação de forças que existem e neutraliza o papel do poder público.

“ nunca tivemos ajuda, só portas fechadas... a imprensa se cala... o poder da empresa é grande...” (moradora Darci Lima).

O discurso oficial de desenvolvimento não encanta os moradores que sofrem no corpo as conseqüências lamentáveis desse modelo irresponsável e desumano de crescimento econômico e revelam a outra face. Ao invés de reproduzirem o que está posto, fazem uma outra leitura e produzem um novo discurso, desocultando a forma como o povo, as comunidades, os moradores, os trabalhadores e o meio ambiente são tratados pelo capital, bem como a parte que cabe a cada um deles nesse contexto.

“Na minha leitura, pela pouca quantidade de funcionários que a empresa absorve, de Maracanaú, e pelo que ela representa hoje, mais especificamente por essas áreas que são atingidas com a poluição, acho que não houve nenhum desenvolvimento, não. Acredito que não. Porque todos os funcionários que a gente conhece que trabalharam lá, saíram com problemas. Ou, se identificaram algum problema, lá dentro, foram demitidos. Acho que não teve nenhum desenvolvimento para Maracanaú”. (morador Demerval Lopes).

Sentimentos de angústia e revolta causadas pela insegurança e a ausência de respostas os deixam frustrados, embora encontrem forças para continuar lutando e mantendo o discurso afirmativo, assumindo a escolha de, como moradores, apostarem na força do movimento e na potência do sujeito coletivo.

A fala de indignação da moradora rompe com o paradigma do crescimento que melhora a qualidade de vida, talvez... Mas, para quem?

*“Ela não contribuiu para o nosso benefício. Ela está contribuindo para destruir a nossa vida”
(moradora Ester Dias).*

Os impactos negativos causados pela Agripec, na concepção dos moradores do entorno, são revelados através: do meio do ambiente – principalmente pela poluição atmosférica; da saúde humana – através de intoxicações agudas e crônicas, diminuindo a qualidade de vida; e da condição socioeconômica – pelo custo elevado dos tratamentos e pela desestruturação familiar causada pela doença.

Considerações finais

O processo saúde-doença vem se transformando ao longo dos anos em decorrência do processo de crescimento econômico, urbano e social. Os efeitos são manifestados por grupos de pessoas de diferentes idades e condições socioeconômicas distintas, e são agravados por exposição à contaminantes em baixas doses, mas por tempo prolongado, levando ao adoecimento individual ou de uma coletividade, requisitando uma abordagem complexa e contextualizada para sua compreensão.

A partir da vivência do corpo, a comunidade nomeou o problema. Através das queixas de saúde apresentadas (sintomas de intoxicação), a comunidade foi relacionando a presença do cheiro do veneno (poluição atmosférica) a um cheiro específico, caracterizado como “cheiro de rato podre”, e depois identificado, numa ação da própria comunidade, como o mesmo cheiro da produção de inseticida extremamente tóxico.

Ao falar sobre o cheiro de veneno, a comunidade desoculta a questão da poluição química gerada pela formulação de agrotóxicos em Maracanaú, e denuncia o crime ambiental que os expõe ao convívio diuturnamente com substâncias tóxicas, revelando o transtorno e a revolta que sentem por serem obrigados a respirar aquilo (mau cheiro) dentro de suas casas.

Ao constatar os sintomas (dificuldades respiratórias, cansaço, asma, pneumonias repetitivas, tremores musculares, enjôo, perda de apetite, cefaléia, vômitos, alergias, irritação na conjuntiva, tonteiras, sensação de desmaio, sangramento no nariz, acessos de tosse), a comunidade informa quadros clássicos de intoxicações agudas esperadas em

casos de exposição aos agrotóxicos produzidos na Agripec. É importante lembrar que tais exposições acontecem por tempo prolongado e em baixas doses.

Ao referir as doenças (infecções respiratórias, asma brônquica, anemia, câncer, malformação congênita – “lábio leporino, criança que nasce sem o reto, com problemas de esôfago, com os pés tortos”, as dermatites e alergias, leucemia mielóide aguda, megaesôfago, depressão, muitos óbitos por suicídio, por problemas cardíacos, por hipertensão pulmonar), os moradores informam quadros que podem ou não ser de efeitos crônicos causados por agrotóxicos.

Um número crescente de pessoas da comunidade está assumindo como problema o conflito socioambiental, e, no processo de mobilização social, estão construindo o saber coletivo, sendo sujeitos para o reconhecimento e afirmação do problema, junto à própria comunidade (pois nem todos compartilham essa mesma visão); junto à empresa (que desenvolve estratégias ora de negar, ora de “resolver” o problema); e junto ao Estado (ainda omissos em sua responsabilidade para com o caso).

A comunidade age através da ação direta, numa postura que indica um nível de conscientização aguçado, demonstrado pela atitude crítica entre os sujeitos que protagonizam o conflito. Nesse contexto, várias ações foram desencadeadas, estimuladas pelo que sentem (no corpo), pelo que vêem (vizinhos) e pelo que observam (ambiente, pássaros, plantas). Nota-se que à medida que os sujeitos vão se apropriando dos conhecimentos e de informações sobre a questão, vão se dando conta da dimensão e da magnitude do problema.

Nas ações diretas da comunidade encontramos:

- Visitas à empresa no momento em que o cheiro estava sendo exalado, na tentativa de identificá-lo no processo produtivo. E, de fato, o cheiro emitido durante a produção de um tipo de inseticida foi identificado como o odor que incomodava e adoecia a comunidade;
- A nomeação do problema a partir da identificação de sua causa e relação com a poluição ambiental proveniente da Agripec;
- O reconhecimento do problema pela empresa foi parte importante na afirmação do caso, inclusive para os moradores;

- A busca ativa de informação pelos sujeitos da comunidade foi, talvez, o fator mais importante e enriquecedor no processo de definição e afirmação do conflito socioambiental. Ao arregaçar as mangas e se pôr em movimento para investigar, ler sobre a questão, pedir informações, cobrar diagnósticos, pesquisar e conversar com técnicos na intenção de compreender como e por que acontecia o processo de poluição e desta para a doença, a comunidade demonstra a força do movimento;

- A mobilização social foi articulada por pessoas que, ao serem atingidas pelo problema, tentaram solucioná-lo, atuando, ao mesmo tempo, como vítimas e sujeitos da ação contra a Agripec, assumindo papéis de liderança entre os moradores em parceria com representantes da Associação de Moradores do Novo Maracanaú e organizaram: manifestações em frente a Agripec e em frente ao Fórum Municipal, comissão para visitar a empresa, pauta e audiência pública na Câmara de Vereadores de Maracanaú e contato com a imprensa escrita para denunciar o caso;

A validação do saber da comunidade foi percebida no processo de investigação, sendo fundamental para apoiar na compreensão e avaliação dos problemas ambientais. A contribuição apresentada pela experiência cotidiana da comunidade trouxe à tona dados e informações preciosas, complementando de forma relevante à análise dos riscos presentes nos processos produtivos da empresa.

O protagonismo social aqui apresentado revela a força da participação da comunidade diante das desigualdades que existem na disputa pelo uso do solo: Quem perde e quem ganha??

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. Acselrad, H. (org). Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará. Fundação Heinrich Boll. 2004a, p. 13 – 35.

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004b.

ACSELRAD, H; HERCULANO, S; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004.

AGRIPEC. Disponível em www.agripec.com.br. Acesso em 12 de abril de 2007.

ALMEIDA, L. Q. ROSEN, T. J. Desenvolvimento urbano e a questão ambiental no estado do Ceará. In: Fórum da Sociedade Civil Cearense sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Diagnóstico Socioambiental do Estado do Ceará: o olhar da sociedade civil.** Fortaleza: BNB, 1993. Cap.5, p.67-115.

ALMEIDA, L. Q. **Diagnóstico socioambiental e contribuições para o planejamento ambiental do município de Maracanaú-Ce.** Caminhos da Geografia 11 (15). Junho/2005. p. 108-125.

ALMEIDA, L. Q. **Estudo preliminar dos impactos ambientais causados pela concentração industrial no município de Maracanaú-Ce.** Florianópolis: Encontro Nacional de Geógrafos, 12, 2000.

CÂMARA, V. M. Abordagens integradoras para a avaliação da relação entre o ambiente e a saúde: O caso do mercúrio. In: PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. **PROBLEMAS AMBIENTAIS E VULNERABILIDADE: abordagens integradoras para o campo da saúde pública.** CESTH/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2002. p. 79-98.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005. p. 27-47.

CEARÁ. Governador, 1995 – 1998 (Tasso Jereissati). **Plano de desenvolvimento Sustentável 1995 – 1998.** Fortaleza: SEPLAN, 1995.

COSTA, H. S. M.; e BRAGA, T. M. Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004. p.195-216.

FREITAS, C. M. A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos. In: SISINNO, C. L. S.; OLIVEIRA, R. M. (orgs.). **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2000. p. 111-128.

FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; PORTO, M. F. S. Justiça ambiental e saúde coletiva. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2004. p. 245-294.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. S. **Problemas ambientais e vulnerabilidade:** abordagens integradoras para o campo da saúde pública. CESTH/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2002.

FREITAS, C. M.; PORTO, M. F. **Saúde, ambiente e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

HERCULANO, S.; PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. **Qualidade de vida, riscos ambientais.** Niterói: EdUFF, 2000.

IPECE, 2006. disponível em www.ipece.ce.gov.br. Perfil básico de Maracanaú. Fortaleza-Ce, 2007.

Jornal Diário do Nordeste. 10/10/2006

MARACANAÚ. Prefeitura Municipal. **Documento Básico do Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Maracanaú.** Nasser Hissa arquitetos Associados Ltda. Maracanaú, 1998.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1992.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 2ª edição. Petrópolis. Vozes, 1994.

PDDU - **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.** Disponível em www.maracanau.ce.gov.br. Acesso em 11 de abril de 2008.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: VON SIMON O. M. (org). **Experimentos com história de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1998. p. 14-43.

PERES, F. **É veneno ou é remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos.** /Dissertação de Mestrado/. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz, 1999.

PINHO, A. M. “Globalização” em questão: subsídios para análise do mundo que vivemos. In: RIGOTTO, R. M. **As tramas da (In)sustentabilidade:** trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará. Fortaleza: Ed. INESP, 2001. p. 13-29.

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso:** introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999. p. 7-59.

PORTO, M. F. S. Princípios para uma ecologia política dos riscos: integrando sentidos na relação homem – natureza. In: PORTO, M. F. S.; BARTHOLLO, R. (orgs). **Sentidos do trabalho humano**: Miguel de Simoni, presença e inspiração. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006. p. 195-214.

PORTO, M. F. S. **Saúde, ambiente e desenvolvimento**: reflexões sobre a experiência da COPASAD – Conferência Pan Americana de Saúde e Meio Ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável. Revista Ciência & Saúde Coletiva. ABRASCO. Vol.3. nº2 – 1998. p.33-46.

PORTO, M. F. S. **Uma ecologia política dos riscos**: Princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

PORTO, M. F. S.; FREITAS, C. M. **Problemas ambientais e vulnerabilidade**: abordagens integradoras para o campo da saúde pública. CESTH/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2002.

RIGOTTO, M. R. Relatosorais: na encruzilhada entre indivíduo e sociedade em um estudo das representações sociais sobre saúde. In: GONDIM, L. M. P. (org). **Pesquisa em ciências sociais**: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: Ed. UFC, 1999. p. 91-119.

RIGOTTO, R. M. **O “Progresso” chegou. E agora? As tramas da (in) sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento**. /Tese de doutorado em Ciências Sociais/. Fortaleza: UFC, 2004.

RIGOTTO, R. M. Produção e consumo, saúde e ambiente: em busca de pontes e caminhos. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (orgs). **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2002. p. 233-260.

RIGOTTO, R. M. Trabalho industrial, meio ambiente e saúde: discutindo aspectos da sustentabilidade do processo de desenvolvimento no Ceará. In: RIGOTTO, R. M. (org). **As tramas da (in)sustentabilidade**: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará. Fortaleza: Ed. INESP, 2001. p. 33-63.

ROSA, I. F. Industrialização em Horizonte: um projeto que envolve todo mundo?. In: RIGOTTO, R. M. (org). **As tramas da (in)sustentabilidade**: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará. Fortaleza: Ed. INESP, 2001. p. 64-85.

SESA – Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. **Indicadores e Dados Básicos para a Saúde no Ceará**. V. 5. Fortaleza, 2007.

SILVA, J. M.; NONATO-SILVA, E.; FARIA, H. P.; PINHEIRO, T. M. M. **Agrotóxico e Trabalho**: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva*. ABRASCO – vol. 10. Nº 4, 2005. p.891-903.

SILVÉRIO, M. R.; PATRÍCIO, Z. M. **O processo qualitativo de pesquisa mediando a transformação da realidade**: uma contribuição para o trabalho de equipe em educação em saúde. *Ciências e Saúde Coletiva*, 12, 2007. Temas livres, p. 239- 246.

SPINK, M. J. P; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Ed. Cortez, 1999. p. 41-61.

TAMBELLINI, A. T.; CÂMARA, V. de M. **A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva**: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. *Revista Ciência & Saúde coletiva*. ABRASCO – vol.3. nº2. 1998. p.47-59.

WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C. M.; FARIA, M. M. **Grupos focais**: Experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. *Bol oficina Sanit Panam*, 1996.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. **A Insustentável Leveza das Políticas Ambientais: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24.